

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



PROCESSO Nº 3430.04.18.040/2017

CONTRATO Nº AD-3430.04.18.040/2017-2

CONTRATO DE ADESÃO PARA **EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS E MÁQUINAS** QUE, ENTRE SI, CELEBRAM **O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** E A EMPRESA **FENIX LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS EIRELI - EPP**.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, com sede administrativa no endereço Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS**, CPF nº 026.236.684-34 e RG nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **FENIX LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **17.340.559/0001-63**, com sede no endereço Av. Brasil, nº 909, Poço, Maceió/AL, CEP: 57.025-070, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **MATHEUS ESTEVES LIMA**, portador do CPF nº 077.981.714-10, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **3430.04.18.040/2017**, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº **02/2016** do **Município de Coruripe/AL**, com fundamento no Decreto nº **28/2017**, bem como na Lei nº 8.666/93 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução do serviço de **locação de veículos diversos e máquinas**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações, quantitativos e valores constantes em Anexo deste instrumento.

1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº **28/2016** do **Município de Coruripe/AL**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

1.3. Objeto da contratação:

LOTE 3 – VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, MÁQUINAS PESADAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. DE DIÁRIAS	QUANT. DE VEÍCULOS	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Veículo de carga, tipo Pick Up, VW, Saveiro 1.6, ano/modelo 2015,	Diárias	264	2	R\$ 99,00	R\$ 52.272,00

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



	capacidade para até 700 Kg, cabine simples, capacidade para 02 (dois) passageiros, motor no mínimo 1.6, gasolina ou flex, mínimo 03 anos de fabricação, com seguro total, sem combustível e sem motorista.					
2	Veículo tipo Caminhoneta 4x4, VW, Amarok, ano/modelo 2014, cabine dupla, ar condicionado, Direção hidráulica, vidro e trava elétrica, alarme, diesel, som automotivo com cd player, mínimo 02 anos de fabricação, com seguro total, sem combustível e sem motorista.	Diárias	264	1	R\$ 222,00	R\$ 58.608,00
3	Veículo de Carga, tipo Caminhão, Iveco Tector 170E22, ano/modelo 2012, capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas, carroceria aberta de madeira, motor 04 (quatro) cilindros, diesel, sem combustível e sem motorista.	Diárias	264	1	R\$ 231,20	R\$ 61.036,80
4	Veículo de Carga, tipo Caminhão 1/2, Mercedes MB1620, ano/modelo 2012, com carroceria de madeira do tipo gaiola para transporte de animais, motor 04 (quatro) cilindros, combustível diesel, sem combustível e sem motorista.	Diárias	252	1	R\$ 250,00	R\$ 63.000,00

Melino

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



5	Veículo de Carga, tipo Caminhão basculante, Iveco Tector 240E25, ano/modelo 2012, Trucado, capacidade mínimo de 12,0 m3, motor 04 (quatro) cilindros, diesel, sem combustível e sem motorista.	Diárias	252	4	R\$ 479,00	R\$ 482.832,00
6	Veículo de Carga, tipo Caminhão basculante, Iveco Tector 170E22, ano/modelo 2011, Trucado, capacidade mínimo de 6,0 m3, motor 04 (quatro) cilindros, diesel, sem combustível e sem motorista.	Diárias	252	1	R\$ 394,00	R\$ 99.288,00
7	Veículo de Carga, tipo Caminhão Tanque, Iveco Tector 240E25, ano/modelo 2012, com capacidade para 08 (oito) mil litros, equipamento conjugado alta pressão e alto vácuo, dispostos no mesmo caminhão, com tanque subdividido em dois compartimentos, um de água para ser utilizada no hidro jateamento e outro para armazenar material succionado, motor 04 (quatro) cilindros, diesel, sem combustível e sem motorista.	Diárias	252	1	R\$ 480,00	R\$ 120.960,00
8	Veículo de Carga, tipo Caminhão, Iveco 170E22 Attack, ano/modelo 2011, capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas, com baú refrigerado, sem combustível e sem motorista.	Diárias	264	1	R\$ 316,09	R\$ 83.447,76

MSL

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



10	Máquina tipo Retroescavadeira, CASE 580N, ano/modelo 2014, equipada com motor a óleo diesel, potência mínima de 80hp, com tração 4x4 e freios banhados a óleo, sem combustível e sem operador.	Horas	2.000	1	R\$ 79,90	R\$ 159.800,00
12	Máquina Trator de Esteira, New Holland - D140B, ano/modelo 2010 com ar, equipado com motor a óleo diesel, peso mínimo de 10.000 kgf, transmissão tipo engrenagens deslizantes com reversor de 5 velocidades avante e 4 a ré, com ripper traseiro e em bom estado de conservação. Sem combustível e sem operador.	Horas	2000	2	R\$ 99,00	R\$ 396.000,00
13	Máquina tipo Moto Niveladora, CASE 845B, ano/modelo 2012, equipada com motor a óleo diesel com potência mínima de 173hp, em bom estado de conservação, sem combustível e sem operador.	Horas	1.500	1	R\$ 99,99	R\$ 149.985,00
14	Veículo Tipo caminhão Limpa Fossa, Iveco Tector 240E25, ano/modelo 2012, com tanque combinado de 7.500 L para detritos e 4.000 L para água limpa, com bomba de hidro jato locada com caixa de vazão de 300 litros por minuto e pressão de 200 BAR, para saneamento de até 2 metros de altura, com	Diárias	132	1	R\$ 380,00	R\$ 50.160,00

McLim

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



	carretel hidráulico acompanhado com mangueira, motor a diesel, sem combustível e sem motorista.					
15	Máquina tipo Escavadeira Hidráulica, KOMATSU PC 200, ano/modelo 2011, equipada com motor a óleo diesel, mínimo de 145hp, peso de operação 22.556kg, material rodante padrão e lança de alcance com 9 pés – 7 pol, sem combustível e sem operador.	Horas	2.000	1	R\$ 266,00	R\$ 532.000,00
TOTAL						R\$ 2.309.389,56

2. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

3.1. O valor do contrato é de **R\$ 2.309.389,56** (dois milhões trezentos e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Gabinete do Prefeito

Funcional programática:

04.122.0004.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

04.122.0004.2098 – Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município

Processo nº 3430.04.18.040/2017

Adesão à Ata RP nº02/2016 do Município de Coruripe/AL

Pág. 5/14

Melini

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 03 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Unidade: 003 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Funcional programática:

04.122.0004.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 04 - Secretaria de Finanças e Planejamento

Unidade: 004 - Secretaria de Finanças e Planejamento

Funcional programática:

04.123.0004.2004 – Manutenção das Atividades Orçamentárias, Financeiras e Tributárias

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 05 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 005 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Funcional programática:

12.122.0004.2006 – Manutenção da Divisão de Educação

12.122.0004.2136 – Manutenção das Divisões de Cultura, Esporte e Turismo

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 05 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 006 – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB

Funcional programática:

12.361.0015.2011 – Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB 40%

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 06 - Secretaria de Saúde

Unidade: 007 – Secretaria de Saúde

Funcional programática:

10.122.0004.2022 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 06 - Secretaria de Saúde

Unidade: 008 – Secretaria de Saúde

Funcional programática:

Processo nº 3430.04.18.040/2017

Adesão à Ata RP nº 02/2016 do Município de Coruripe/AL Pág. 6/14

Medim

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



10.122.0010.2023– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
10.122.0010.2028 – Manutenção do Hospital Geral Dr. Clodolfo Rodrigues de Melo

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 07 - Secretaria de Obras, Saneamento, Trânsito e Transporte
Unidade: 009 – Secretaria de Obras, Saneamento, Trânsito e Transporte

Funcional programática:

15.122.016.2037– Manutenção da Secretaria de Obras, Saneamento, Trânsito e Transporte

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 08 - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
Unidade: 010 – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Funcional programática:

20.122.0004.2041– Manutenção da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 09 - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil
Unidade: 011 – Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil

Funcional programática:

08.122.0004.2048– Manutenção da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Secretaria: 09 - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil
Unidade: 012 – Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil

Funcional programática:

08.122.0004.2056– Manutenção do Fundo Municipal do Trabalho, Assist. Social e Defesa Civil

Elemento de Despesa:

3.3.3.9.0.39.00.00.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

5.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

Melvin

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável, conforme proposta final da Licitante.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - DA LOCAÇÃO

7.1. O serviço realizado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93;

7.2. A empresa vencedora deverá prestar o serviço, objeto deste Termo de Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da autorização de serviço, emitido pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**;

7.3. Caso seja necessário a Secretaria Municipal de Administração e Finanças solicitará a prestação do serviço na quantidade que for preciso, iniciando-o mediante o recebimento da nota de empenho, que será emitida no valor correspondente do eventual contrato a ser firmado;

7.4. Todas as despesas com transportes correrão por conta da CONTRATADA;

7.5. A locação dos veículos, para atendimento dos serviços será por demanda, de acordo com as necessidades de utilização por parte da CONTRATANTE, sendo que, quando houver necessidade de locação, será enviado documento formal contendo informações sobre tipo de veículo, número de passageiros, local, data e horário de início e término do destino e detalhes relacionados com o trecho a ser percorrido. As locações poderão ocorrer sob três modalidades: por quilometragem, por diária e por hora.

7.6. Por ocasião da realização de manutenções corretivas, fora dos horários ociosos, ocorrência de acidentes ou qualquer outro evento que obrigue a retirada de serviço de qualquer unidade sob a locação, a CONTRATADA, terá que substituir o veículo por outro, imediatamente;



Mclim

7.7. Os veículos e máquinas deverão ser disponibilizados de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, neste instrumento contratual, e na proposta apresentada pela CONTRATADA, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pela legislação de trânsito vigente e das normas, portarias e instrumentos de controle de emissão de poluentes e outros;

7.8. A aceitação dos veículos e máquinas estará condicionada à previa vistoria e testes por parte do setor competente no ato de sua apresentação. No caso de rejeição, os veículos e máquinas deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de sua rejeição;

7.9. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante o certame licitatório, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas no edital de licitação e na legislação vigente;

7.10. Os veículos e máquinas deverão estar plenamente aptos para o uso, com as autorizações, medidas de segurança, identificação, licenciamento, em dia, e/ou demais condições necessárias para transitar, em atendimento à legislação vigente.

8. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Servidor: **GENILDO BEZERRA DA SILVA, Secretário Municipal de Obras e Saneamento**, CPF nº **035-684-804-33**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

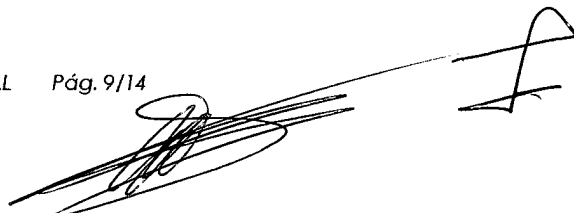
8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. À Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços, podendo para isso;

- a) Sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do contrato.

8.5. A existência da fiscalização não eximirá a empresa CONTRATADA de nenhuma responsabilidade pela execução dos serviços, notadamente nos aspectos de segurança e qualidade de atendimento.



Mchim

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a sua formalização pela Contratante;
- 9.2.** Efetuar o controle do serviço por meio de formulário específico, no qual deverá conter o visto do responsável, que possibilitem controlar os saldos do objeto licitado;
- 9.3.** Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, enquanto perdurar a vigência do contrato, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 9.4.** Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, atendendo prontamente às solicitações da CONTRATANTE referente à prestação de serviços;
- 9.5.** Responsabilizar-se pelo Ônus com a prestação do serviço;
- 9.6.** Prestar serviço adequado, com cortesia e urbanidade, cumprindo rigorosamente os horários previstos e ainda responder por todas e quaisquer despesas e custos que vierem a dar causa em razão do descumprimento;
- 9.7.** A CONTRATADA deverá assegurar socorro imediato, ou substituição do veículo em caso de acidente ou defeito mecânico;
- 9.8.** Apresentar em cada viagem através do motorista, O Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo – CRLV;
- 9.9.** Designar para o serviço veículo limpo (aspirado e lavado, interna e externamente), com a manutenção preventiva e corretiva em dia e a documentação obrigatória à disposição da CONTRATANTE e das autoridades de fiscalização (Polícias Rodoviária Federal, Militar e Civil). A documentação referida diz respeito a todas as exigências da EMBRATUR, DENATRAN, DETRAN, CONTRAN e AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, tais como: CRLV, Seguro Obrigatório, IPVA do exercício e registros obrigatórios;
- 9.10.** Realizar a troca de veículo que seja julgado fora da normalidade de operação ou que comprometam a segurança das pessoas e também do trânsito em geral;
- 9.11.** Cumprir fielmente os horários determinados pela CONTRATANTE a serem informados na emissão da respectiva solicitação, que será de até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no local indicado para saída, sob pena de aplicação de multa;
- 9.12.** Manter as condições dos pneus de acordo com as normas do CONTRAN;
- 9.13.** Serão de responsabilidade da CONTRATADA arcar com as seguintes despesas:
- 9.13.1.** Depreciação, licenciamento, seguro obrigatório, manutenção, pneus e câmaras, lavagem;
- 9.14.** Indicar um representante para que junto à CONTRATANTE possa resolver os problemas

Melina

apresentados;

9.15. Garantir que as condições de uso da frota devem estar de acordo com as exigências dos órgãos e entidades executivas de trânsito do Município, no caso a SMTT, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.503/1997 do CTB;

9.16. Apresentar semestralmente relatório de inspeção ou vistoria, devendo o certificado ser aprovado por órgão de trânsito competente;

9.17. Manter, durante a vigência do contrato, pelo menos um preposto, com indicação de nome completo, telefone fixo e móvel e endereço eletrônico, que atenda, com exclusividade, as solicitações emanadas da CONTRATANTE, para a realização de procedimentos e soluções de problemas. Quando houver a substituição do preposto, a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com a indicação de todos os dados do novo preposto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Fiscalizar e vistoriar os veículos e máquinas utilizados na prestação de serviços, por um representante especialmente designado;

10.2. Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

10.3. A CONTRATANTE poderá se recusar a receber os serviços licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa sem que esta caiba direito de indenização;

10.4. Solicitar a SMTT a revisão dos veículos da CONTRATADA;

10.5. Emitir NOTA DE EMPENHO para a despesa relacionada de acordo com o exercício financeiro;

10.6. Publicar o extrato do contrato no DOE;

10.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:



Melini

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Cometer fraude fiscal;

11.1.5. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL** pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

11.3.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Medir

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

12.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666 de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

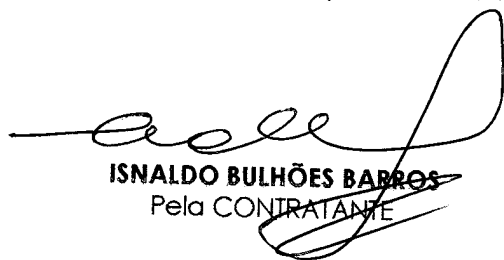
15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

16.1. O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas – para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Município de Santana do Ipanema/AL, 01 de **SETEMBRO** de 2017.


ISNALDO BULHÕES BARROS
Pela CONTRATANTE


MATHEUS ESTEVES LIMA
Pela CONTRATADA


GENILDO BEZERRA DA SILVA
Gestor Contratual